

Análise econômico-financeira dos municípios com maior orçamento das mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul

Economic and financial analysis of the municipalities with the largest budget in the mesoregions of the state of Rio Grande do Sul

Análisis económico-financiero de los municipios con mayor presupuesto en las mesorregiones del estado de Rio Grande do Sul

Jeferson Luís Lopes Goularte¹
Gabriela Cappellari²
Leonardo Minelli³
Guilherme Inchausp Moreira⁴

RESUMO

O objetivo do estudo é realizar a análise das demonstrações contábeis dos municípios com maior orçamento de cada uma das sete mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul, nos anos 2017, 2018 e 2019. A investigação é aplicada, descritiva e abordagem quantitativa e qualitativa. Os dados coletados por meio de pesquisa documental e analisados pela técnica interpretativa. Na análise nos indicadores de liquidez, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana demonstram capacidade de cumprir as obrigações; nos indicadores de atividade, Caxias do Sul, Passo Fundo, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana demonstram eficiência no uso dos ativos; nos indicadores de endividamento, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul e Santa Maria demonstram diminuição na dependência de capital de terceiros; nos indicadores de resultado, os municípios demonstraram resultados patrimoniais baixos ou negativos. Na análise dos indicadores de execução orçamentária, Caxias do Sul, Santa Maria e Uruguaiana demonstram eficiência na realização da receita; Passo Fundo, Porto Alegre e Santa Cruz do Sul demonstram maior aplicação de receitas correntes em despesas de capital; Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre e Santa Maria apresentaram superávit orçamentário. Contribuição do estudo é compreensão das demonstrações contábeis e aplicação de indicadores econômico-financeiro na análise de entidades públicas.

¹ Doutorado em Ciencias de la Educación pela Universidad Nacional de Rosario. Professor na Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento. Rua Barão do Triunfo, 1048, Centro, Santana do Livramento, RS, CEP 97.573-634, Fone (55) 3967-1700. Identificadores (ID): ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9589-4147> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5268510307155862> E-mail: jefersongoularte@unipampa.edu.br

² Doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Professora na Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento. Rua Barão do Triunfo, 1048, Centro, Santana do Livramento, RS, CEP 97.573-634, Fone (55) 3967-1700. Identificadores (ID): ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0263-6822> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6612718461733498> E-mail: gabrielacappellari@unipampa.edu.br

³ Mestrado em Informática pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Campus Santana do Livramento. Av. Paul Harris, 410, Centro, Santana do Livramento, RS, CEP 97.574-360, Fone (55) 3242-9090. Identificadores (ID): ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5177-6333> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9859290947215273> E-mail: leonardominelli@ifsul.edu.br

⁴ Graduado em Gestão Pública pela Universidade Federal do Pampa – Campus Santana do Livramento. Rua Barão do Triunfo, 1048, Centro, Santana do Livramento, RS, CEP 97.573-634, Fone (55) 3967-1700. Identificadores (ID): ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4991-9523> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7092496505540668> E-mail: guiinchausp00@gmail.com

Palavras-chaves: Demonstrações Contábeis. Análise Econômico-Financeira. Execução Orçamentária.

ABSTRACT

The objective of this study is perform the analysis of the financial statements of the municipalities with the largest budget in each of the seven mesoregions of the state of Rio Grande do Sul, in the years 2017, 2018 and 2019. The research is applied, descriptive and a quantitative and qualitative approach. The data collected through documentary research and analyzed by the interpretative technique. In the analysis of liquidity indicators, Porto Alegre, Santa Maria and Uruguaiana demonstrate the ability to meet their obligations; in the activity indicators, Caxias do Sul, Passo Fundo, Porto Alegre, Santa Maria and Uruguaiana demonstrate efficiency in the use of assets; in the indebtedness indicators, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul and Santa Maria show a decrease in dependence on capital from third parties; in the result indicators, the municipalities showed low or negative equity results. In analyzing budget execution indicators, Caxias do Sul, Santa Maria and Uruguaiana demonstrate efficiency in realizing revenue; Passo Fundo, Porto Alegre and Santa Cruz do Sul demonstrate greater application of current revenues to capital expenditures; Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre and Santa Maria presented a budget surplus. Contributions of the Study is understanding the financial statements and applying economic and financial indicators in the analysis of public entities.

Keywords: Financial Statements. Economic-Financial Analysis. Budget Execution.

RESUMEN

El propósito del estudio es realizar el análisis de los estados contables de los municipios con mayor presupuesto para cada una de las siete mesorregiones del estado de Rio Grande do Sul, en los años 2017, 2018 y 2019. La investigación es de enfoque aplicado, descriptivo, cuantitativo y cualitativo. Los datos recogidos a través de la investigación documental y analizados por la técnica interpretativa. En el análisis de indicadores de liquidez, Porto Alegre, Santa Maria y Uruguaiana demuestran su capacidad para cumplir con sus obligaciones; en los indicadores de actividad, Caxias do Sul, Passo Fundo, Porto Alegre, Santa Maria y Uruguaiana demuestran eficiencia en el uso de activos; en los indicadores de endeudamiento, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul y Santa Maria muestran una disminución en la dependencia del capital de terceros; en los indicadores de resultado, los municipios presentaron resultados de equidad bajos o negativos. Al analizar los indicadores de ejecución presupuestaria, Caxias do Sul, Santa Maria y Uruguaiana demuestran eficiencia en la obtención de ingresos; Passo Fundo, Porto Alegre y Santa Cruz do Sul demuestran una mayor aplicación de los ingresos corrientes a los gastos de capital; Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre y Santa Maria presentaron superávit presupuestario. La contribución al estudio es comprensión de estados contables y aplicación de indicadores económicos y financieros en el análisis de entidades públicas.

Palabras-llaves: Estados contables. Análisis económico-financiero. Ejecución presupuestaria.

1 INTRODUÇÃO

Os gastos públicos e a receita pública afetam o desenvolvimento dos municípios (Scarpin, & Slomski, 2007). Assim, as demonstrações contábeis constituem o principal meio de divulgação das informações econômico-financeiras das entidades públicas, abrangendo três objetivos fundamentais que são: auxiliar a entidade no dever de prestar contas à sociedade; auxiliar a gestão na avaliação dos resultados operacionais obtidos pela entidade; auxiliar a gestão na avaliação do nível de serviços que devem ser fornecidos pela entidade e sua capacidade em atender suas obrigações tão logo exigidas (Lima, & Diniz, 2016).

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) utilizadas para a divulgação das informações econômico-financeiras são previstas na legislação e nas normas contábeis. Esses demonstrativos são os seguintes: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e, Notas explicativas. Tais demonstrações contábeis destinam-se a fornecer informações úteis para a tomada de decisão e para evidenciar a prestação de contas e o cumprimento das responsabilidades da entidade. Martins, Miranda e Diniz (2020) destacam que a análise das demonstrações contábeis é o conjunto de esforços sistemáticos para determinar o significado e o sentido das demonstrações contábeis com a finalidade de permitir a realização de previsão da liquidez, da solvência e da rentabilidade de uma entidade.

O objetivo deste estudo é realizar a análise das demonstrações contábeis dos municípios com maior orçamento de cada uma das sete mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul, nos anos 2017, 2018 e 2019. Portanto, esta pesquisa propõe uma visão específica quanto às informações econômico-financeiras a serem observadas nesse contexto.

O estado do Rio Grande do Sul está localizado na região do sul do país e é composto pelas seguintes mesorregiões: Centro Ocidental; Centro Oriental; Metropolitana; Nordeste; Noroeste; Sudeste; Sudoeste. A mesorregião é entendida como uma área individualizada em uma unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante; o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial (Rio Grande do Sul, 2020).

Esta investigação justifica-se pela crítica feita por pesquisadores ao afirmarem que as pesquisas contábeis apresentam pouco efeito na prática da gestão pública (Scarpin, & Slomski, 2007). Outra contribuição do estudo refere-se à seleção dos indicadores e também no tamanho dos municípios. Brown (1993) destaca que os indicadores são relevantes na avaliação de fatores econômicos e financeiros de um município, como as receitas, os gastos, as dívidas e a estrutura operacional. Já quanto ao tamanho das localidades, o autor explica que de modo geral os municípios são limitados na interpretação de sua condição financeira, que não seja mediante comparações com municípios de porte similar.

A pesquisa na área contábil e orçamentária contribuem para a prática da gestão pública. Galvão (2021) ao identificar o nível de eficiência dos municípios a partir dos recursos destinados à educação, menciona que os municípios que destinam mais recursos não garantem bom desempenho educacional, pois devem focar mais em analisar os resultados. Sousa, Santos e Alves (2021) ao avaliar a eficiência dos gastos públicos no ensino fundamental, afirmam que maiores gastos por aluno não garantem melhores desempenhos, pois devem alocar melhor os gastos. Assim, a análise econômico-financeira no setor público também pode contribuir para a prática da gestão dos recursos públicos.

O estudo está estruturado em quatro partes, além deste texto introdutório. Na próxima seção, apresenta-se a revisão da literatura que discorre sobre demonstrações contábeis aplicadas no setor público e análise econômico-financeira no setor público. A seguir, indicam-

se os procedimentos metodológicos utilizados na investigação empírica, os resultados e análises, por fim, as considerações finais, limitações e sugestões para estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na revisão da literatura são desenvolvidos os temas Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público e Análise Econômico-Financeira no Setor Público.

2.1 Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) estabelece as DCASP que objetivam padronizar a estrutura e as definições dos elementos que as compõem, devendo ser observados pela União, estados, Distrito Federal e municípios, permitindo a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Secretaria do Tesouro Nacional [STN], 2018).

As DCASP são elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica para o Setor Público (NBC TSP), sendo: NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa; NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além da legislação aplicável, destacam-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Compõem o conjunto da DCASP: Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Balanço Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e, Notas explicativas.

No *Balanço Orçamentário* são demonstradas as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, com especificação para previsão inicial, previsão atualizada, receita realizada e saldo. As despesas são demonstradas através de categoria econômica e natureza da despesa, especificando a dotação inicial, dotação atualizada, despesas empenhadas, despesas liquidadas, despesas pagas e o saldo da despesa (STN, 2018). O Balanço Orçamentário é elaborado pelo regime orçamentário previsto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, e pertence ao exercício financeiro as receitas realizadas e as despesas legalmente empenhadas (Brasil, 1964). O Balanço Orçamentário está previsto no art. 102 da Lei nº 4.320/1964 e na NBC TSP 13 do CFC.

Para Andrade (2017) o Balanço Orçamentário poderá demonstrar uma situação de desequilíbrio entre a receita prevista e a despesa autorizada pela utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, também pode ocorrer desequilíbrio pela reabertura de créditos adicionais especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do ano anterior.

O *Balanço Financeiro* evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte (STN, 2018). O Balanço Financeiro está previsto no art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

Para Freitas e Goularte (2017) os resultados positivos e negativos não podem ser considerados bons ou maus desempenhos, visto que há variações como elevação ou diminuição do endividamento público, cabendo uma melhor avaliação a partir da análise do Balanço Financeiro em conjunto com o Balanço Patrimonial.

O *Balanço Patrimonial* é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (STN, 2018). O Balanço Patrimonial está previsto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964 e na NBC TSP 11 do CFC.

O Balanço Patrimonial é estruturado em ativo, passivo e patrimônio líquido. O ativo é composto pelos bens, direitos e outros recursos da entidade que geram ou ajudam a gerar caixa. Martins, Miranda e Diniz (2020) explicam que o ativo pode ser conceituado como recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade.

O ativo é estruturado em ativo circulante e ativo não circulante. O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios: espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com a finalidade de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; o ativo está mantido essencialmente com a finalidade de ser negociado; espera-se que o ativo seja realizado em até doze meses; ou o ativo seja caixa ou equivalente de caixa (Conselho Federal de Contabilidade [CFC], 2018a).

O ativo não circulante é estruturado em ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. No ativo realizável a longo prazo são classificados os direitos realizáveis após o ciclo operacional da entidade, os empréstimos ou adiantamentos concedidos às sociedades coligadas ou controladas, a diretores e acionistas. Nos investimentos são classificadas as participações em outras entidades e ativos que não se destinam à atividade operacional da entidade. No Imobilizado são classificados os direitos e ativos corpóreos de permanência duradoura destinados às atividades operacionais da entidade. No Intangível são classificados os direitos que tenham por objeto ativos incorpóreos destinados à atividade operacional da entidade ou exercidos com essa finalidade (Martins, Miranda, & Diniz, 2020).

O passivo é composto pelas obrigações da entidade. Martins, Miranda e Diniz (2020) afirmam que o passivo pode ser conceituado como as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos já ocorridos, cujas liquidações se espera que resultem em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

O passivo é estruturado em passivo circulante e passivo não circulante. O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios: espera-se que o passivo seja exigido durante o ciclo operacional normal da entidade; o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; o passivo deve ser exigido no período de até doze meses; ou a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses (CFC, 2018a).

No passivo não circulante são classificadas as obrigações exigíveis após o ciclo operacional da entidade. O patrimônio líquido é o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, e quando o valor do passivo é maior do que o valor do ativo, denomina-se passivo a descoberto. Kohama (2015) afirma que o patrimônio líquido é composto pelo patrimônio social das autarquias, fundações, fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta, e também os resultados acumulados que são os saldos remanescentes dos superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

O Balanço Patrimonial também apresenta o ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial previsto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964. As definições de ativo financeiro e passivo financeiro são utilizadas para apurar o superávit financeiro previsto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964 (Brasil, 1964).

A *Demonstração das Variações Patrimoniais* evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício (STN, 2018). A Demonstração das Variações Patrimoniais está prevista no art 104 da Lei nº 4.320/1964 e na NBC TSP 11 do CFC.

Kohama (2015) enfatiza que às variações patrimoniais decorrem de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, dividindo-se em variações patrimoniais aumentativas quando aumentam o patrimônio líquido e variações patrimoniais diminutivas quando diminuem o patrimônio líquido.

A *Demonstração dos Fluxos de Caixa* apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades, além do modo que os recursos de caixa foram utilizados (STN, 2018). A Demonstração dos Fluxos de Caixa está prevista na NBC TSP 12 do CFC.

Os fluxos de caixa são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa, e classificam-se em atividades de financiamentos, de investimentos e operacionais. As atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade. As atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa. As atividades operacionais são as atividades da entidade que não são de investimento e de financiamento (CFC, 2018b).

Para Andrade (2017) a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite avaliar a capacidade da entidade em assumir compromissos futuros, e ressalta que é preciso levar em consideração o passado, o presente e o futuro para a tomada de decisão.

A *Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido* demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade durante um período. A alteração total no patrimônio líquido durante um período representa o valor total do resultado desse período, adicionado a outras receitas e despesas reconhecidas diretamente como alterações no patrimônio líquido, junto com qualquer contribuição dos proprietários e deduzindo-se as distribuições para os proprietários, agindo na sua capacidade de detentores do capital próprio da entidade (STN, 2018). A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é abordada na NBC TSP 11 do CFC.

Ressalta-se que a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

As *Notas Explicativas* são informações adicionais e são consideradas parte integrante das DCASP. O objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Contém informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações contábeis (STN, 2018). As Notas Explicativas estão previstas na NBC TSP 11 do CFC. Martins, Miranda e Diniz (2020) ressaltam que as Notas Explicativas são informações complementares às demonstrações contábeis previstas na legislação e nas normas contábeis que podem estar expressas na forma descritiva, ou na forma de quadros analíticos que sejam necessárias ao completo esclarecimento da situação econômico-financeira da entidade.

Nesta investigação as demonstrações contábeis selecionadas para realizar a análise econômico-financeira são o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Orçamentário, por meio de indicadores selecionados de autores que são desenvolvidos na seção seguinte.

2.2 Análise Econômico-Financeira no Setor Público

Para Martins, Miranda e Diniz (2020) a análise das demonstrações contábeis requer um método específico que seja capaz de entender os fundamentos de como se faz uma análise econômico-financeira e propõem três etapas: observação; exame; e interpretação. Na

Análise econômico-financeira dos municípios

observação deve-se fazer as seguintes perguntas: “O que vejo? Quais os elementos envolvidos que chamam a atenção?”. No exame deve-se tentar responder ao seguinte questionamento: “Como posso estruturar essas informações para buscar um sentido lógico?”. Na interpretação, a pergunta a ser respondida é: “O que isso significa?”.

Entende-se que é necessário adotar um método para a realização da análise econômico-financeira das demonstrações contábeis. Assim sendo, seleciona-se indicadores para serem aplicados nessa análise. A análise sobre o enfoque patrimonial é realizada no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, que expressa os registros na contabilidade pelo regime de competência, por meio dos indicadores propostos por Mauss (2012).

Tabela 1

Indicadores do Grupo Liquidez

Indicador	Fórmula	Interpretação do resultado
Indicador de Liquidez Seca	$ILS = (\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}) / \text{Passivo Circulante}$	Significa o quanto a entidade será considerada líquida. Indicador maior que 1,0 apresenta liquidez.
Indicador de Liquidez Corrente	$ILC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$	Significa o quanto a entidade será considerada líquida. Indicador menor que 1,0 apresenta risco de inadimplência.
Indicador de Liquidez Geral	$ILG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$	Significa o quanto a entidade será considerada líquida. Indicador menor que 1,0 apresenta necessidade de gerar caixa.

Fonte: Mauss, 2012, adaptado.

Tabela 2

Indicadores do Grupo de Atividade

Indicador	Fórmula	Interpretação do resultado
Indicador de Giro dos Ativos Permanentes	$IGAP = \text{Receita Orçamentária} / (\text{Investimentos} + \text{Imobilizado} + \text{Intangível})$	Significa o quanto a entidade tem eficiência no uso dos ativos permanentes.
Indicador de Giro do Ativo Total	$IGAT = \text{Receita Orçamentária} / \text{Ativo Total}$	Significa o quanto a entidade tem eficiência no uso dos ativos para gerar receitas.
Indicador de Imobilização do Patrimônio Líquido	$IPL = (\text{Investimentos} + \text{Imobilizado} + \text{Intangível}) / \text{Patrimônio Líquido}$	Significa o quanto a entidade tem do patrimônio líquido em ativos permanentes.

Fonte: Mauss, 2012, adaptado.

Tabela 3

Indicadores do Grupo de Endividamento

Indicador	Fórmula	Interpretação do resultado
Indicador de Endividamento Geral	$IEG = (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}) / \text{Ativo Total}$	Significa o quanto a entidade tem de capital de terceiros para financiar as atividades.
Indicador de Composição do Endividamento	$ICE = \text{Passivo Circulante} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$	Significa o quanto a entidade tem de dívidas a curto e a longo prazos.
Indicador de Garantia de Capital de Terceiros	$IGCT = (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}) / \text{Patrimônio Líquido}$	Significa o quanto a entidade tem de dependência de capital de terceiros.

Fonte: Mauss, 2012, adaptado.

Tabela 4

Indicadores do Grupo de Resultado

Indicador	Fórmula	Interpretação do resultado
Indicador de Retorno do Ativo Total	$IROA = \frac{\text{Resultado Patrimonial}}{\text{Ativo Total}}$	Significa o quanto os ativos geram de resultado patrimonial.
Indicador de Retorno do Capital Próprio	$IROE = \frac{\text{Resultado Patrimonial}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Significa o quanto o capital próprio tem de retorno pelo resultado patrimonial.
Indicador de Retorno Patrimonial	$IRP = \frac{\text{Resultado Patrimonial}}{\text{Receita Orçamentária}}$	Significa o quanto da receita orçamentária foi transformada em resultado patrimonial.

Fonte: Mauss, 2012, adaptado.

A seguir apresenta-se os indicadores para análise da execução orçamentária. Lima e Diniz (2016) afirmam que o resultado orçamentário é obtido mediante o confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas, corroborando com o art. 35 da Lei nº 4.320/1964. A análise sobre o enfoque orçamentário é realizada no Balanço Orçamentário, que demonstra a execução do orçamento pelo regime orçamentário, por meio dos indicadores propostos por Kohama (2015).

Tabela 5*Indicadores da Execução Orçamentária*

Indicador	Fórmula	Interpretação do resultado
Quociente de Execução da Receita	$QER = \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Previsão Inicial}}$	Representa o quanto foi executado da Receita Realizada em relação a Receita Prevista Inicial.
Quociente do Equilíbrio Orçamentário	$QEO = \frac{\text{Dotação Atualizada}}{\text{Previsão Inicial}}$	Representa o quanto foi aberto de Créditos Adicionais.
Quociente da Execução da Despesa	$QED = \frac{\text{Despesas Empenhadas}}{\text{Dotação Atualizada}}$	Demonstra quanto da Despesa Atualizada foi utilizado em Despesa Empenhada.
Quociente da Execução Orçamentária Corrente	$QEOCO = \frac{\text{Receita Corrente}}{\text{Despesa Corrente}}$	Demonstra quanto da Receita Corrente foi utilizado em empenho de Despesa Corrente.
Quociente da Execução Orçamentária de Capital	$QEOCa = \frac{\text{Receita de Capital}}{\text{Despesa de Capital}}$	Demonstra quanto da Receita de Capital realizada foi utilizada em empenho de Despesa de Capital.
Quociente do Resultado Orçamentário	$QRE = \frac{\text{Receitas Realizadas}}{\text{Despesas Empenhadas}}$	Demonstra quanto da Receita Realizada foi utilizada para cobertura da Despesa Empenhada.

Fonte: Kohama, 2015, adaptado.

Contudo, estudos investigam as demonstrações contábeis no setor público. A pesquisa de Lima e Santos (2009) buscou realizar a avaliação do desempenho da gestão pública em quatro Entidades Federais indiretas do município de Manaus, com vistas a disponibilizar, para seus gestores e a sociedade em geral, informações que proporcionem um maior entendimento acerca da gestão dos recursos públicos. Os resultados possibilitaram avaliar os desempenhos orçamentário, financeiro e econômico relativos ao exercício de 2006, além de permitir comparações entre as Entidades. O estudo revelou que a situação orçamentária nas quatro unidades apresentou-se deficitária, enquanto a situação financeira apresentou um pequeno déficit em uma unidade e equilíbrio nas demais. Os demais indicadores mostraram que houve aumento patrimonial em duas Entidades e nas outras duas houve redução.

Zuccolotto, Ribeiro e Abrantes (2009) investigaram o planejamento municipal por meio das características do comportamento das finanças públicas das capitais dos estados brasileiros de acordo com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, foram construídos indicadores de desempenho provenientes dos demonstrativos de receitas, despesas, ativo e passivo, oriundos do *site* da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, referente ao período de 1998 a 2006. Observou-se o aumento expressivo da despesa com pessoal, o crescimento pouco significativo da dívida consolidada com relação à receita

corrente líquida e a redução das dívidas de curto prazo. Todavia, constatou-se a existência de deficiência nos mecanismos de arrecadação tributária, embora se perceba o aumento da carga tributária. Além disso, observou-se que a situação financeira dos municípios vem melhorando ao longo dos anos.

Veloso e Malik (2010) avaliaram o desempenho econômico-financeiro de empresas da área de Saúde, principalmente sua rentabilidade, comparando hospitais, operadoras de planos de saúde e empresas em geral. Foram usados dados dos balanços patrimoniais do exercício de 2006 compilados da publicação Balanço Anual 2007 da Gazeta Mercantil. Os resultados evidenciaram que seus retornos sobre o ativo total não têm diferenças estatísticas significativas. Os maiores hospitais e operadoras tiveram lucratividade igual entre si, porém inferior à das empresas em geral. Os hospitais tiveram lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização maior e cresceram menos que as operadoras em 2006. Conclui-se, por fim, que a rentabilidade de hospitais com maiores receitas não parece diferir significativamente da de outras empresas da economia.

Santos e Andrade (2013) estudaram a situação da prefeitura de Patos de Minas/MG, no setor patrimonial, financeiro e orçamentário no período de 2007 a 2012. O estudo buscou verificar se a prefeitura tem capacidade de cobrir todas suas despesas por meio das receitas, além de analisar os bens e direitos versus as obrigações. Por meio da análise foi possível diagnosticar que a situação patrimonial não circulante da prefeitura é satisfatória, pois em todos os anos o quociente teve valor acima de 1,00, mas no circulante isto não foi possível em todos os anos, apenas em 2008. Na situação orçamentária nota-se desequilíbrio entre a execução da receita prevista e arrecadada e despesa orçada e realizada, mas apresentou resultado positivo na execução orçamentária, fato que não aconteceu apenas em 2007. A situação financeira é considerada satisfatória, apesar de o ente público apresentar déficit na execução de capital.

Souza, Marengo e Almeida (2014) investigaram, estatisticamente, a existência de diferenças no desempenho, nas dimensões financeiras e socioeconômicas de municípios gaúchos emancipados e respectivos municípios de origem. A população constituiu-se de 66 municípios, dos quais 25 emancipados e 41 de origem. Os achados da pesquisa revelaram que o desempenho dos municípios emancipados não difere, significativamente, dos municípios de origem. Por outro lado, com base na análise individualizada por município e indicador, 92% dos municípios emancipados apresentaram receita própria negativa, refletindo forte dependência dos recursos transferidos pelo estado e pela União. Os indicadores relativos aos gastos com educação, saúde, cultura, saneamento, habitação e urbanização são inferiores nos municípios emancipados. O mesmo ocorre com os outros indicadores financeiros e socioeconômicos.

Freitas e Goularte (2017) analisaram a situação econômico-financeira dos maiores municípios por população situados em cada uma das mesorregiões do Rio Grande do Sul. O referido estudo teve enfoque na utilização de indicadores econômico-financeiros na análise das demonstrações contábeis dos entes públicos. Os achados da pesquisa apontaram que os municípios de Santa Maria, Passo Fundo e Porto Alegre apresentaram os melhores índices no grupo de indicadores de liquidez e atividade, enquanto que nos indicadores do grupo de endividamento e resultado, o município de Santa Cruz do Sul obteve os melhores resultados. O município de Pelotas apresentou quedas em indicadores do grupo de resultado, e os municípios de Caxias do Sul e Uruguaiana demonstraram índices negativos em mais de um grupo de indicadores.

A seguir, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados na operacionalização do estudo, que compreende a classificação da pesquisa, coleta e análise de dados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação caracteriza-se quanto à natureza pesquisa aplicada (Vergara, 1998; Gerhardt, & Silveira, 2009; Gil, 2010), quanto aos objetivos descritiva (Triviños, 1987; Prodanov, & Freitas, 2013), quanto a abordagem quantitativa (Gil, 2010) e qualitativa (Minayo, 2008; Martins, & Theóphilo, 2009; Creswell, 2010), por meio de levantamento de dados nas demonstrações contábeis dos municípios com maior orçamento de cada uma das sete mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul dos anos 2017, 2018 e 2019.

Os municípios pesquisados foram Santa Maria da mesorregião Centro Ocidental; Santa Cruz do Sul da mesorregião Centro Oriental; Porto Alegre da mesorregião Metropolitana; Caxias do Sul da mesorregião Nordeste; Passo Fundo, da mesorregião Noroeste; Pelotas da mesorregião Sudeste; e Uruguaiana da mesorregião Sudoeste (Rio Grande do Sul, 2020).

A técnica utilizada na coleta de dados foi a pesquisa documental (Bailey, 2008; Cellard, 2008; Sá-Silva, De Almeida, & Guindani, 2009) nas seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais do Balanço Anual; e Balanço Orçamentário do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre. Os dados foram obtidos no endereço eletrônico do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em acesso à aba “Consultas”, e posteriormente às subseções, “Consultar Declarações” e “SICONFI”.

Quanto à análise e interpretação dos dados, a técnica adotada foi a análise interpretativa (Westerman, 2011; Severino, 2016). A partir da interpretação dos indicadores aplicados nas demonstrações contábeis foi possível realizar a análise econômico-financeira dos municípios com maior orçamento de cada uma das sete mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 2017, 2018 e 2019.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção é desenvolvida os resultados e análises a partir dos procedimentos metodológicos adotados na investigação. As Tabelas de 6 a 9 apresentam a análise do enfoque patrimonial que obedece ao regime de competência, onde as transações e os eventos são registrados contabilmente e reconhecidos nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem (CFC, 2018a). Os indicadores de liquidez representam o quanto a entidade possui de recursos, circulantes e realizável a longo prazo, para cumprir com suas obrigações a curto e longo prazo. Na Tabela 6 são apresentados os resultados dos Indicadores do Grupo de Liquidez.

Tabela 6
Indicadores do Grupo de Liquidez

Municípios	ILS			ILC			ILG		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Caxias do Sul	1,50	1,55	1,54	1,54	1,61	1,59	0,81	0,85	0,86
Passo Fundo	4,35	4,79	7,71	4,38	4,83	7,76	1,09	0,83	0,63
Pelotas	5,90	3,82	2,06	6,47	4,12	2,20	0,86	0,72	0,62
Porto Alegre	2,09	2,62	3,35	2,12	2,86	3,59	0,85	0,96	1,03
Santa Cruz do Sul	1,49	1,35	1,30	1,56	1,40	1,35	0,60	0,66	0,64
Santa Maria	8,56	11,54	11,14	8,60	11,59	11,18	1,45	1,66	1,63
Uruguaiana	1,17	2,07	2,04	1,19	2,10	2,27	0,44	1,43	1,06

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 6 é demonstrado que os municípios apresentam no ILS índice maior que 1,0, demonstrando capacidade de cumprir as obrigações de curto prazo. De acordo com Mauss (2012) a entidade pode ser considerada líquida. No ILC os municípios também apresentam índice maior que 1,0, estão incluídos nesse indicador os estoques e despesas antecipadas que não geram caixa nas entidades públicas. No ILG apenas o município de Santa Maria apresenta índice maior que 1,0. Os municípios de Passo Fundo no ano 2017, Porto Alegre no ano 2019 e Uruguaiana nos anos 2018 e 2019 apresentam índice maior que 1,0. Os demais municípios apresentam índice menor que 1,0, demonstrando necessidade de gerar caixa para cumprir as obrigações de longo prazo. Conforme Mauss (2012) a entidade apresenta risco de inadimplência.

Os municípios de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Uruguaiana apresentam índices maiores, tanto no ILS quanto no ILC, em razão dos recursos financeiros do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) serem registrados no Ativo Circulante; e índices menores no ILG em razão das provisões previdenciárias do RPPS serem registrados no Passivo Não Circulante. Observa-se que os recursos financeiros do RPPS são recursos vinculados a pagamentos de aposentadorias e pensões.

A análise do grupo de indicadores de liquidez, quando excluídos os recursos financeiros do RPPS, demonstra que os municípios de Passo Fundo e Pelotas apresentam diminuição nos índices dos indicadores, enquanto os municípios de Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana apresentam aumento nos índices dos indicadores.

Ressalta-se que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) está em processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, por esta razão as obrigações e provisões registradas por competência ainda estão sendo adotados os procedimentos para os registros contábeis pelo regime de competência pelos entes públicos.

Os indicadores de atividade relacionam os investimentos em ativos e a eficiência no seu uso para gerar receitas, bem como a imobilização do capital próprio da entidade. Na Tabela 7 são apresentados os resultados dos Indicadores do Grupo de Atividade.

Tabela 7
Indicadores do Grupo de Atividade

Municípios	IGAP			IGAT			IPL		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Caxias do Sul	1,49	1,57	1,60	0,76	0,78	0,79	0,52	0,50	0,50
Passo Fundo	2,25	2,32	2,33	0,60	0,58	0,58	0,29	0,27	0,27
Pelotas	1,22	1,20	1,15	0,65	0,68	0,64	0,59	0,60	0,59
Porto Alegre	1,79	1,71	1,58	0,79	0,73	0,62	0,48	0,46	0,42
Santa Cruz do Sul	0,85	0,89	0,94	0,73	0,74	0,78	0,86	0,84	0,84
Santa Maria	1,22	1,35	1,21	0,52	0,51	0,50	0,43	0,39	0,42
Uruguaiana	1,66	1,86	2,00	0,73	0,28	0,29	0,55	0,24	0,23

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 7 é demonstrado que o município de Santa Cruz do Sul apresenta no IGAP índice menor que 1,0. O município de Passo Fundo apresenta índice maior que 2,0. Os demais municípios apresentam índice maior que 1,0 e igual ou menor que 2,0. Para Mauss (2012) demonstra a eficiência no uso dos ativos de investimentos, imobilizado e intangível para gerar receitas. No IGAT o município de Santa Maria apresenta índice próximo de 0,5, e o município de Uruguaiana apresenta índice próximo de 0,3 nos anos 2018 e 2019. Os demais

municípios apresentam índice maior que 0,5 e menor que 1,0. Para Mauss (2012) demonstra a eficiência no uso do ativo total para gerar receitas.

No IIPL os municípios de Passo Fundo apresentam índice próximo de 0,3, e o município de Uruguaiana apresenta índice próximo de 0,3 nos anos 2018 e 2019. Os demais municípios apresentam índice maior que 0,3 e menor que 1,0, demonstrando que parte do patrimônio líquido está investido em ativos de investimentos, imobilizado e intangível. Martins, Miranda e Diniz (2020) afirmam que parte do capital próprio deve ser investido em ativo circulante para diminuir a dependência de capital de terceiros.

A análise do grupo de indicadores de atividade demonstra que os municípios de Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul apresentaram aumento nos índices de IGAP e IGAT e estabilidade no IIPL. Os municípios de Pelotas e Porto Alegre apresentam diminuição nos índices destes indicadores.

Os indicadores de endividamento identificam a composição das dívidas a curto e longo prazo, bem como a dependência de capital de terceiros da entidade. Na Tabela 8 são apresentados os resultados dos Indicadores do Grupo de Endividamento.

Tabela 8
Indicadores do Grupo de Endividamento

Municípios	IEG			ICE			IGCT		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Caxias do Sul	0,59	0,58	0,57	0,51	0,52	0,53	1,49	1,39	1,39
Passo Fundo	0,59	0,80	1,08	0,21	0,15	0,07	1,83	3,69	-7,44
Pelotas	0,43	0,54	0,64	0,10	0,15	0,25	0,92	1,29	2,05
Porto Alegre	0,57	0,52	0,52	0,34	0,29	0,25	1,59	1,29	1,28
Santa Cruz do Sul	0,23	0,24	0,25	0,37	0,45	0,46	0,29	0,33	0,34
Santa Maria	0,39	0,35	0,35	0,17	0,13	0,14	0,64	0,58	0,55
Uruguaiana	0,82	0,33	0,45	0,17	0,14	0,10	-39,64	1,14	2,63

Fonte: *Elaborado pelos autores.*

Na Tabela 8 é demonstrado que os municípios apresentam no IEG índice menor que 1,0, demonstrando a parte de capital de terceiros que financiam as atividades da entidade. Apenas o município de Passo Fundo apresenta índice maior que 1,0 no ano de 2019. Martins, Miranda e Diniz (2020) mencionam que se uma entidade tiver alto endividamento a longo prazo e baixo custo, pode ser interessante para a entidade gerar benefícios, enquanto que endividamento a curto prazo e alto custo, pode deixar a entidade em situação difícil e diminuir os benefícios gerados.

No ICE apenas o município de Caxias do Sul apresenta índice maior que 0,5. Os demais municípios apresentam índice menor que 0,5, demonstrando que a maior parte das obrigações estão no longo prazo. Lima e Diniz (2016) afirmam que a análise da composição do endividamento é de interesse da sociedade, pois o aumento das obrigações compromete a oferta de serviços públicos.

No IGCT os municípios de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre e Uruguaiana apresentam índice maior de 1,0, demonstrando que o capital de terceiros é maior que o capital próprio, representando uma dependência de capital de terceiros. Os municípios de Passo Fundo no ano 2019 e Uruguaiana no ano 2017 apresentam índice negativo em razão do patrimônio líquido negativo. Andrade (2017) e Kohama (2015) afirmam que nesta situação tem-se o passivo a descoberto.

Análise econômico-financeira dos municípios

A análise do grupo de indicadores de endividamento demonstra que os municípios de Passo Fundo, Pelotas e Uruguaiiana apresentam aumento nos índices de IGCT, representando aumento na dependência de capital de terceiros. Os municípios de Porto Alegre e Santa Maria apresentam diminuição nos índices dos indicadores. O município de Santa Cruz do Sul apresenta estabilidade nos índices dos indicadores.

Os indicadores de resultado demonstram o quanto foi gerado e o retorno do resultado pelas políticas e práticas adotadas na entidade pública. Na Tabela 9 são apresentados os resultados dos Indicadores do Grupo de Resultado.

Tabela 9
Indicadores do Grupo de Resultado

Municípios	IROA			IROE			IRP		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Caxias do Sul	0,03	0,03	0,02	0,07	0,08	0,05	0,03	0,04	0,02
Passo Fundo	0,03	-0,02	-0,37	0,08	-0,10	-2,57	0,04	-0,04	-0,64
Pelotas	0,13	-0,05	-0,06	0,28	-0,13	-0,18	0,20	-0,08	-0,09
Porto Alegre	-0,06	0,05	0,00	-0,17	0,13	-0,01	-0,08	0,07	0,00
Santa Cruz do Sul	0,01	0,03	0,00	0,01	0,05	0,00	0,01	0,05	0,00
Santa Maria	0,03	0,08	0,07	0,05	0,13	0,12	0,06	0,16	0,15
Uruguaiiana	0,00	-0,01	-0,10	-0,18	-0,02	-0,57	0,01	-0,02	-0,34

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 9 é demonstrado que os municípios apresentam índices, no grupo de indicadores de resultado, próximos de zero ou negativos, o que demonstra baixo valor de resultado patrimonial ou resultado patrimonial deficitário. O resultado patrimonial utilizado para o cálculo destes indicadores é apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais que apresenta o superávit ou déficit patrimonial pelo regime de competência. Mauss (2012) afirma que esses indicadores demonstram a capacidade de a entidade gerar resultado patrimonial e conseqüentemente aumento ou diminuição do patrimônio líquido.

Na análise da Demonstração das Variações Patrimoniais e nos índices dos indicadores pode-se observar que houveram ajustes nos registros, tendo em vista o cumprimento das normas de contabilidade aplicadas ao setor público. Em sentido complementar, salienta-se que os ajustes consideram o regime de competência de modo que as demonstrações contábeis representem a situação patrimonial mais próxima da realidade.

A análise do grupo de indicadores de resultado demonstra que os municípios de Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul e Santa Maria apresentam resultado patrimonial superavitário. Os municípios de Passo Fundo, Pelotas e Uruguaiiana, nos anos 2018 e 2019, apresentam resultado patrimonial deficitário. O município de Porto Alegre nos anos de 2017 e 2019 também apresenta resultado patrimonial deficitário, apresentando índice zero em 2019 em razão do resultado patrimonial representar um valor baixo. Os municípios de Passo Fundo no ano 2019 e Uruguaiiana no ano 2017 apresentam índice negativo, em razão do patrimônio líquido negativo.

Nas Tabelas 10 e 11 é apresentada a análise do enfoque orçamentário que obedece ao regime orçamentário, além dos resultados dos Indicadores da Execução Orçamentária.

Tabela 10
Indicadores da Execução Orçamentária

Municípios	QER			QEO			QED		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019

Caxias do Sul	0,95	1,00	1,03	1,09	1,14	1,19	0,84	0,87	0,85
Passo Fundo	0,84	0,95	0,97	0,96	0,97	0,95	0,77	0,85	0,84
Pelotas	0,83	0,88	0,84	1,09	1,12	1,07	0,76	0,76	0,80
Porto Alegre	0,89	0,89	0,80	1,00	1,01	0,98	0,86	0,83	0,74
Santa Cruz do Sul	0,89	0,96	0,98	1,08	1,11	1,15	0,83	0,86	0,89
Santa Maria	0,93	1,02	1,00	1,06	1,10	1,14	0,85	0,85	0,81
Uruguaiiana	1,02	1,08	1,09	1,09	1,08	1,06	0,96	0,93	0,95

Fonte: *Elaborado pelos autores.*

Na Tabela 10 é demonstrado, no QER, que apenas o município de Uruguaiiana apresenta índice maior que 1,0, o que representa excesso de arrecadação. Os municípios de Caxias do Sul e Santa Maria apresentam índice igual ou maior que 1,0 nos anos 2018 e 2019. Os demais municípios apresentam índice menor que 1,0, demonstrando que houve insuficiência de arrecadação. Lima e Diniz (2016) mencionam causas possíveis para o excesso de arrecadação, previsão subestimada da receita, melhorias no processo de fiscalização e tributos que passaram a vigorar após a elaboração do orçamento; também mencionam causas possíveis para a insuficiência de arrecadação, previsão superestimada da receita, ausência de medidas de combate à sonegação e à evasão, ausência de ajuizamento de ações de cobrança da dívida ativa, concessão de benefícios fiscais sem as devidas compensações.

No QEO apenas o município de Passo Fundo apresenta índice menor que 1,0. O município de Porto Alegre apresenta índice menor que 1,0 no ano 2019. Os demais municípios apresentam índice igual ou maior que 1,0, demonstrando que houve alteração no orçamento por meio de abertura de créditos adicionais, e por consequência aumentado as dotações orçamentárias para a realização da despesa. No QED os municípios apresentam índice menor que 1,0, demonstrando que houve economia na execução da despesa. Lima e Diniz (2016) relatam causas possíveis para a economia da despesa, fixação das despesas superior às necessidades, contenção de gastos para equilibrar o fluxo de caixa e falta de execução de programas governamentais.

A análise dos indicadores da Tabela 10 demonstra que os municípios de Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul apresentaram aumento nos índices dos indicadores. O município de Porto Alegre apresenta diminuição nos índices dos indicadores. Os municípios de Caxias do Sul, Santa Maria e Uruguaiiana apresentam índices maiores que 1,0, no QER, representando eficiência na realização da receita.

Tabela 11
Indicadores da Execução Orçamentária

Municípios	QEOCo			QEOCa			QRE		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Caxias do Sul	1,08	1,05	1,07	0,30	0,37	0,32	1,03	1,01	1,18
Passo Fundo	1,17	1,23	1,24	0,71	0,27	0,56	1,14	1,16	1,33
Pelotas	1,08	1,06	1,05	0,41	0,62	0,36	1,01	1,03	1,11
Porto Alegre	1,09	1,14	1,16	0,44	0,19	0,26	1,03	1,06	1,14
Santa Cruz do Sul	1,03	1,07	1,02	0,50	0,23	0,34	0,99	1,01	1,16
Santa Maria	1,09	1,11	1,11	0,20	0,73	0,71	1,03	1,09	1,24
Uruguaiiana	1,02	1,12	1,12	0,00	0,00	0,00	0,98	1,07	1,25

Fonte: *Elaborado pelos autores.*

Na Tabela 11 é demonstrado, no QEOCo, que os municípios apresentam índice maior que 1,0, representando que a receita corrente foi maior que a despesa corrente, podendo esse excesso ser aplicado em despesa de capital. No QEOCa os municípios apresentam índice menor que 1,0, demonstrando que houve aplicação de receita corrente em despesa de capital. O município de Uruguaiana apresenta índice 0,0, em razão da receita de capital ser valor baixo. Este indicador demonstra que o montante das operações de créditos, uma das origens da receita de capital, foi menor que o montante das despesas de capital, atendendo a exigência constitucional prevista no III do art. 167 da Constituição Federal.

No QRE os municípios apresentam índice maior que 1,0, demonstrando que a receita realizada foi maior que a despesa empenhada, resultando em superávit orçamentário. Os municípios de Santa Cruz do Sul e Uruguaiana apresentam índice menor que 1,0 no ano 2017, representando déficit orçamentário. Lima e Diniz (2016) afirmam que o superávit orçamentário pode representar duas situações: a entidade não está atendendo as demandas da sociedade por meio da execução das ações governamentais para resolver os problemas diagnosticados no planejamento; ou, a carga tributária está elevada.

A análise dos indicadores da Tabela 11 demonstra que os municípios de Passo Fundo, Porto Alegre e Santa Cruz do Sul apresentaram aumento nos índices de QEOCo e diminuição nos índices de QEOCa, representando uma maior aplicação de receitas correntes em despesas de capital. O município de Santa Maria apresenta aumento nos índices de QEOCo e também aumento nos índices de QEOCa.

Na análise dos indicadores de execução orçamentária destaca-se que os registros da execução orçamentária são realizados obedecendo o regime orçamentário. O indicador de resultado orçamentário QRE demonstra que os municípios apresentaram superávit orçamentário, com exceção dos municípios de Santa Cruz do Sul e Uruguaiana que, no ano 2017, apresentaram déficit orçamentário. Em comparação com o resultado patrimonial, onde os registros contábeis são realizados obedecendo o regime de competência, é visto que os municípios de Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul e Santa Maria apresentam resultado patrimonial superavitário; já os municípios de Passo Fundo, Pelotas e Uruguaiana nos anos de 2018 e 2019, e Porto Alegre nos anos de 2017 e 2019 apresentam déficit patrimonial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a realização da análise das demonstrações contábeis dos municípios com maior orçamento de cada uma das sete mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul nos anos 2017, 2018 e 2019, por meio dos indicadores propostos por Mauss (2012) e Kohama (2015), o estudo cumpriu com os objetivos propostos. A análise de indicadores econômico-financeiros é relevante para entidades públicas que publicam suas demonstrações contábeis em cumprimento aos princípios constitucionais. Assim, os gestores podem ter informações para a tomada de decisão e também para a sociedade exercer o controle social.

Na análise sob o enfoque patrimonial os resultados revelaram que no grupo de indicadores de liquidez os municípios de Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana apresentaram os melhores índices, pois houve aumento nos índices chegando maior que 1,0 no ILG. No grupo de indicadores de atividade, os municípios de Caxias do Sul, Passo Fundo, Porto Alegre, Santa Maria e Uruguaiana apresentam os melhores índices, uma vez que os índices foram maiores que 1,0 no IGAP e no IIPL houve diminuição nos índices chegando menor que 0,5. Quanto ao grupo de indicadores de endividamento, os municípios de Porto Alegre, Santa Cruz do Sul e Santa Maria apresentaram os melhores índices, devido a diminuição ou estabilidade nos índices dentre os anos analisados. Referente ao grupo de indicadores de resultado, os municípios demonstraram resultados patrimoniais de valores

baixos ou negativos. Destaca-se que apenas o município de Santa Maria obteve aumento no período analisado.

A partir da análise sobre o enfoque orçamentário constatou-se que os municípios de Caxias do Sul, Santa Maria e Uruguaiana apresentaram os melhores índices no QER, representando eficiência na realização da receita. Os municípios de Passo Fundo, Porto Alegre e Santa Cruz do Sul obtiveram aumento nos índices de QEOCo e diminuição nos índices de QEOCa, representando uma maior aplicação de receitas correntes em despesas de capital. Já os municípios de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre e Santa Maria apresentaram no QRE índice maior que 1,0 demonstrando superávit orçamentário.

O estudo revela que os registros da execução orçamentária, que obedece ao regime orçamentário, demonstraram que está consolidado esse regime de registro. Já os registros contábeis, que obedece ao regime de competência, uma vez que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) está em processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, demonstraram limitação para a análise de indicadores que são aplicados nas demonstrações contábeis elaboradas pelo regime de competência.

Contudo, no que diz respeito às implicações acadêmicas, os achados deste estudo acrescentam elementos não expostos em outras pesquisas. Os resultados da comparação entre os municípios analisados amparam o debate sobre as demonstrações contábeis e indicadores com dados concretos. Nessa conjuntura, as decorrências desta investigação oportunizam reconhecer, examinar e compreender aspectos relacionados ao desempenho da gestão pública.

Por fim, o estudo contribui para a compreensão das demonstrações contábeis e aplicação de indicadores econômico-financeiro para analisar as entidades públicas, e para pesquisas futuras que busquem analisar e comparar indicadores dos municípios por região, por estados ou regiões do país.

REFERÊNCIAS

Andrade, N. A. (2017). *Contabilidade. Contabilidade Pública na Gestão Municipal* (6. ed.). Atlas.

Bailey, K. (2008). *Methods of social research*. The Free Press.

Brasil. (1964). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF. Recuperado em 10 novembro, 2020, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm.

Brown, K. W. (1993). The 10-Point Test of Financial Condition: Toward an Easy-to-Use Assessment Tool for Smaller Cities. *Government Finance Review*, 21-26.

Cellard, A. (2008). A análise documental. In J. Poupart, J. Deslauriers, L. Groulx, & A. Pires (Eds.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 296–316). Vozes.

Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3. ed.). Artmed.

Análise econômico-financeira dos municípios

Conselho Federal de Contabilidade. (2018a). *Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis*. Brasília, DF. Recuperado em 10 novembro, 2020, de <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP11.pdf>.

Conselho Federal de Contabilidade. (2018b). *Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 12 - Demonstração dos Fluxos de Caixa*. Brasília, DF. Recuperado em 10 novembro, 2020, de <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP12.pdf>.

Conselho Federal de Contabilidade. (2018c). *Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis*. Brasília, DF. Recuperado em 10 novembro, 2020, de <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP13.pdf>.

Freitas, M. B., & Goularte, J. L. L. (2017). Análise Comparativa dos Indicadores Econômico-Financeiros dos maiores Municípios por população das Mesorregiões do RS. *Revista de Auditoria Governança e Contabilidade*, 5(18), 81–97.

Galvão, N. M. dos S. (2021). Análise da eficiência dos municípios sergipanos: comparação entre notas da prova Brasil e recursos destinados à educação. *Revista Ambiente Contábil*, 13(1), 181-200. DOI: 10.21680/2176-9036.2021v13n1ID19245

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Editora da UFRGS.

Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (5. ed.). Atlas.

Kohama, H. (2015). *Balancos Públicos: teoria e prática*. (3. ed.). Atlas.

Lima, S. C., & Diniz, J. A. (2016). *Contabilidade Pública: análise financeira governamental*. Atlas.

Lima, M. S., & Santos, A. M. L. (2009). Avaliação de Desempenho da Gestão Pública baseada nos Indicadores Econômico-Financeiros: um estudo de casos múltiplos em entidades federais indiretas de Manaus. *Gestão e Sociedade*, 3(5), 140-166.

Mauss, C. V. (2012). *Análise de Demonstrações Contábeis Governamentais: instrumento de suporte à Gestão Pública*. Atlas.

Martins, E., Miranda, G. J., & Diniz, J. A. (2020). *Análise Didática das Demonstrações Contábeis*. (3. ed.). Atlas.

Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. (2. ed.). Atlas.

Minayo, M. C. S. (2008). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (27. ed.). Vozes.

Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. (2. ed.). Feevale.

Rio Grande do Sul. (2020). Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão. *DEEDADOS*. Porto Alegre, RS. Recuperado em 10 novembro, 2020, de <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!home/unidadesgeograficas/mesorregioes>.

Santos, G. C., & Andrade, S. A. (2013). Análise por meio de Indicadores Patrimoniais, Financeiros e Orçamentários da Prefeitura de Patos de Minas. *Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade*, 1(2), 22-36.

Sá-Silva, J. R., De Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), 1-15.

Scarpin, J. E., & Slomski, V. (2007). Estudo dos fatores condicionantes do índice de desenvolvimento humano nos municípios do estado do Paraná: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. *Revista de Administração Pública*, 41(5), 909-933.

Secretaria do Tesouro Nacional. (2018). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. (8. ed.). Ministério da Fazenda.

Severino, A. J. (2016). *Metodologia do Trabalho Científico*. (24. ed.). Cortez.

Sousa, M. G. de, Santos, C. M. V. dos, & Alves, A. T. (2021). Uma análise da eficiência dos gastos públicos com educação nos municípios do Estado do Amazonas no período de 2013 a 2017. *Revista Ambiente Contábil*, 13(1), 222-243. DOI: 10.21680/2176-9036.2021v13n1ID19526

Souza, M. A., Marengo, S. T., & Almeida, L. B. (2014). Análise do Desempenho Socioeconômico de Municípios Gaúchos Emancipados. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 8(3), 232-250.

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. Atlas.

Veloso, G. G., & Malik, A. M. (2010). Análise do desempenho econômico-financeiro de empresas de saúde. *Revista de Administração de Empresas*, 9(1).

Vergara, S. C. (1998). *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. (2. ed.). Atlas.

Westerman, M. A. (2011). Conversation analysis and interpretive quantitative research on psychotherapy process and problematic interpersonal behavior. *Theory & Psychology*, 21(2), 155-178.

Zuccolotto, R., Ribeiro, C. P. P., & Abrantes, L. A. (2009). O comportamento das finanças públicas municipais nas capitais dos estados brasileiros. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 28(1), 54-69.